

A RECONDUÇÃO DA HISTÓRIA: AMOR E JUSTIÇA EM *FRANCISCA E A UTOPIA DA LIBERDADE* DE SYLVIA A. DE OLIVEIRA RIBEIRO¹

Álvaro Jardel C. Santos de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras
da Universidade Federal do Pará.
alvarojardel@gmail.com

Resumo: O ensaio visa pensar a possibilidade de uma recondução da História para que possamos contrapor as ideias dominantes de uma historiografia baseada na oficialidade e no dizer dos que nela são representados como vencedores. Para isso, nos aproximaremos do romance histórico “Francisca e a utopia da liberdade” (Ed. 2010) da escritora Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro (1930) e do pensamento do filósofo franco-lituano Emmanuel Lévinas (1906-1995) numa perspectiva comparada para pensarmos a história do outro como lugar concreto de relatar um “outro modo” de dizer os processos historiográficos.

Palavras-chave: Literatura; Filosofia; Alteridades; Libertação; Sylvia Ribeiro.

As representações da história e do pensamento social sobre Amazônia, são caracterizadas por diferentes imagens, estéticas, ideias, narrativas que revelaram um repositório de impressões, sentenças metafóricas e revelações apocalípticas dos seus produtores desde os viajantes, cientistas, antropólogos até os missionários que por aqui passaram.

Expressões como: “Paraíso perdido” (Euclides da Cunha), “Inferno Verde” (Alberto Rangel), “País das Amazonas” (Santa Anna Nery), “Paraíso Suspeito” (Leopoldo Bernucci), reforçam o aniquilamento humano diante do fausto da natureza ou dos projetos aqui desenvolvidos que, em última instância, teriam o homem não como sujeito histórico, mas subjugado a eles não importando o lado em que se encontravam. Tais representações desafiam qualquer estudioso na busca por significados que os repensem e que abram caminhos para novos sentidos que podemos atribuir à região amazônica. Um dilema um tanto representativo, o que nos força sempre a recuperar tais ideias e imagens como ponto de partida, embora não de destino.

Esse *paraíso suspeito* situa-se num vórtice, um lugar de destruição contínua e natural, provocando a lenta e incansável devoração da matéria, não só do seu mundo vegetal, mas também do reino animal, inclusive do homem que nele habita. É um ambiente selvagem que fascina em todos os sentidos, um espaço inóspito que também mói a mais forte das almas quando esta já não é capaz de adaptar-se a ele (BERNUCCI, 2017, p. 15).

¹ Texto apresentado ao III Seminário Internacional Emmanuel Lévinas – Amor e Justiça.

Nosso intuito não é ampliar as ideias em torno da noção de “*paraíso suspeito*”. O que desejamos é propor uma *recondução* dessas ideias, imagens e representações encontradas na história e no pensamento sobre a região tendo como lugar de análise a representação literária da Amazônia no contexto colonial. O ponto de partida tomado será a análise, numa perspectiva da literatura comparada, do romance *Francisca e a utopia da liberdade*² da escritora Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro (1930).

A questão que nos fazemos é a seguinte: *como se pode libertar a vida, ou seja, resgatá-la da incessante operação de sua suspeição?* Reconduzir significa levar a um novo lugar. Nesse sentido, partimos da noção que nega a região amazônica como um espaço de vida para o encontro da afirmação da vida, imperativo que nos faz ir ao encontro dos Rostos (LÉVINAS, 2010) e sua identificação numa literatura profética (RIBEIRO JÚNIOR, 2016) que anuncia seus lugares e seus pertencimentos à história. Logo, almejamos *outros modos* de narrar a história e compreender parte do pensamento social construído sobre a região, a partir de uma “ética da alteridade”.

O ROMANCE

Francisca e a utopia da liberdade (2010) é um romance histórico, cujo enredo foi inspirado nas ideias encontradas no artigo³ do historiador David G. Sweet. Logo na introdução do romance, Sylvia Ribeiro nos relata como o artigo chegou ao seu conhecimento por volta do ano de 1985. Ao lê-lo desejou de imediato adaptar a história da “escrava Francisca” num romance. Sentia que os leitores deveriam ter acesso a essa história pela literatura.

O testemunho de Francisca, a sensibilidade com a qual o historiador a retratou no artigo científico, os relatos sobre “as coisas da Amazônia” sensibilizara profundamente a escritora. No entanto, naquele momento, por força maior, se viu impedida de adaptar o que lera para o romance. Somente vinte anos depois é que retorna a esse projeto. A narrativa nos faz revisitar a Amazônia colonial nos séculos XVII e XVIII ambientada, centralmente, na “Vila de Santa Maria de Belém do Grão-Pará”, mas também em outras regiões como a do Rio Negro. Francisca é uma índia que fora “capturada” no Rio Negro e tornada escrava. Por outro lado, ela não tinha nenhum foro que a condenava a essa condição, ou seja, não fora vendida e nem repassada como pagamento de dívidas de terceiros. Sua prisão fora compulsória. O fato histórico é o argumento que faz o imaginário da escritora recompor uma parte da história colonial da Amazônia tendo como protagonista a índia Francisca. No entanto, boa parte do relato é narrado por Frei Anselmo que torna-se o *narrador-personagem* onipresente do romance. Anselmo pertencia à Junta das Missões na condição de missionário carmelita. Membro da Junta das Missões, Frei Anselmo, no julgamento de Francisca, age com indiferença em relação ao caso e acaba por votar em não reconhecer a liberdade da indígena. No desenrolar da trama, o missionário ao conhecer a história da índia por intermédio de outros personagens, dá-se conta que cometera grave injustiça. Assim, ao confessar sua culpa recebe

² Editora Valer, 2010.

³ *Francisca, escrava da terra*. Universidade da Califórnia, 1981.

como penitência do seu superior a tarefa de investigar e “*escrever a história da escrava Francisca*” que com coragem e determinação pedira o reconhecimento de sua liberdade.

O ENCONTRO COM A FACE DE UMA PERSONAGEM

A personagem *Francisca* é a revelação de muitas faces (2010) que não eram consideradas como pertencentes à história colonial da Amazônia. Tal consideração significa o reconhecimento de sua importância e o lugar que ocupam na história. Em verdade, o que tínhamos era apenas a ideia de subordinação como o lugar a ser tomado pelos indígenas na Amazônia colonial. Isso nos induz a pensar que nenhuma outra posição eles vieram a tomar e, por isso, pouco ou nada sabemos de suas trajetórias.

No entanto, a desconstrução dessa perspectiva histórica e o olhar atento para o imaginário literário sobre a região, nos leva a acessar outras histórias cujos sentidos aprofundam a presença ativa e marcante de diferentes grupos de indígenas que ao longo da história colonial aprenderam e souberam lidar com os nuances da colonização.

Francisca torna-se uma personagem catalisadora desse momento histórico por ter consciência de sua condição de livre e de saber a quem recorrer no momento em que sua liberdade fora retirada. Sua trajetória de vida consegue sintetizar os confrontos e os embates vividos nessa fase da historiografia amazônica tornando-a mais um fato a ser construído do que um dado, conforme a reflexão da historiadora Patrícia Sampaio:

Nos confrontos e embates do cotidiano no Rio Negro colonial, experimentou-se da força à aliança, da dissimulação à deserção, da sabotagem à traição, da submissão à guerra. [...] Bosi nos esclarece assegurando que a colonização deve ser vista como uma “dialética de rupturas, diferenças e contrastes” porque a condição colonial é reflexa e contraditória (SAMPAIO, 2012, p. 56).

A face de *Francisca* é uma espécie de espelho por onde são refletidas as contradições da condição colonial, bem como, de outras faces de mulheres indígenas que conscientes de suas histórias ousaram afrontar esse mesmo sistema provocando rupturas e aprofundando os contrastes pelo simples fato de requerem o reconhecimento de suas liberdades.

Nesse sentido, torna-se importante destacar que na Amazônia colonial portuguesa as ações de liberdade perpetradas pelos indígenas (na sua maioria mulheres) era um dado de constante ocorrência, embora a própria historiografia ainda pouco explore esse tema para fins de pesquisa. O que nos leva a apontar a existência de *outras Franciscas* que, uma vez injustamente cativas, vieram a acessar a justiça em vista de livrarem-se da condição do cativo apelando para a Junta das Missões⁴.

⁴ Para aprofundar o tema consultar: SOUZA E MELLO, Márcia Eliane Alves de. *Desvendando outras Franciscas: Mulheres cativas e as ações de liberdade na Amazônia colonial portuguesa*. Portuguese Studies Review 13 (1) (2005) 1-16. (versão impressa)

Além dessa consciência de direito, o fato nos leva ampliar a ideia apontada por Márcio Meira ao afirmar que “essas populações, ao transformarem a própria colonização, mesmo em condição de subordinação militar, religiosa e econômica transformaram-se a si mesmas e, deste modo, resistiram” (MEIRA, 1997 *apud* SAMPAIO, 2012, p. 56). Tal resistência deu-se a partir de dentro da economia colonial. Muitos indígenas fizeram a escolha de se “ajustar” a essa economia não fugindo das mãos dos senhores. Porém, isso não significa que uma vez rendidos não puderam construir estratégias de resistência. Em *Francisca* vemos a dualidade entre o deixar-se prender e, ao mesmo tempo, a busca por condições e alianças para romper com o cativoiro.

[...] tão importante quanto saber por que muitos se foram, é fundamental tentar entender por que outros ficaram. Ao pertencer no interior das estruturas do mundo colonial, também puderam dar o tom e o ritmo do processo de formação e consolidação dessa sociedade e interferir, de maneira importante, na formulação de suas regras e mecanismos de reprodução (SAMPALIO, 2012, p. 74).

Ao situarmos *Francisca e a utopia da liberdade* como um *romance histórico* (2011) queremos dizer que ele nos ajuda a ler a história colonial da Amazônia como um lugar da ocorrência dos extremos da luta. No entanto, suas dualidades agonísticas são aproximadas na medida em que as redes de relação tratadas no romance são aproximadas: a sociedade colonial em geral, a igreja, a justiça e o mundo dos indígenas. Isso nos leva a compreender que mais do que um *projeto*, a economia colonial na Amazônia tornou-se um *processo* o que altera e demarca em profundidade a própria temporalidade, a construção e estágios dessa historiografia (SAMPALIO, 2012).

Mais do que a simples divisão que dilui os envolvidos no processo colonial entre *dominantes* e *dominados*, reconhecemos a importância de destacar a complexidade deste e os personagens que a ele pertenceram. Sylvia Ribeiro em *Francisca* faz esse movimento. A escritora “recupera a historicidade de personagens” partindo de processos múltiplos. Como Emmanuel Lévinas, Sylvia Ribeiro entende que *o rosto de outrem* (2010) é o começo de tudo, é o lugar de oferecer os sentidos outros à história e à qualquer realidade.

No romance ela nomeia personagens que na história colonial são diluídos e não nominados. Recupera suas histórias, suas consciências, suas intrigas, sonhos, amores e projetos. Nas suas palavras, “*desejei logo divulgar esse exemplo de mulher e sua luta pela liberdade*”⁵. A personagem Francisca aparece para Sylvia como um imperativo, uma provocação para sua responsabilidade em narrar outra história da Amazônia tomando como centro as ações e reações que fizeram frente ao projeto colonial de extrema opressão.

⁵ RIBEIRO, 2010, p. 11.

MERGULHANDO NAS PROFUNDIDADES DO COTIDIANO E DAS EXPERIÊNCIAS E VISÕES ESCRAVA

O Cativo e o Cotidiano

Francisca era uma índia manaó que fora capturada na Capitânia do Rio Negro quando tinha por volta dos seus dezoito anos. Na política colonial do século XVIII os índios poderiam ser tomados como mão de obra livre e/ou escrava a partir de três modalidades: “os descimentos, resgates e guerras justas⁶”. No caso das guerras justas, os capturados logo eram tornados escravos. No entanto, observa Patrícia Melo Sampaio (2012) que entre 1680 e 1686 fora abolida a escravidão indígena por guerra justa e com o novo Regime das Missões somente os missionários, sobretudo, os jesuítas estariam responsáveis pela distribuição da mão de obra indígena.

Quando a indígena manaó fora capturada não havia presente nenhum jesuíta e a promessa era a de que ela iria servir como dama de companhia à filha do chefe manaó chamada Etelvina que havia sido prometida em casamento ao senhor Martinho José que percorria o Rio Negro junto com o comerciante Fernando dos Santos.

Os *descimentos* e *resgates* eram viagens que requeriam uma intensa preparação. Os comerciantes viam nelas boa oportunidade para negociar com os chefes indígenas mercadorias que em troca teriam alimentos, especiarias e claro os próprios indígenas como mão de obra.

O comerciante Fernando dos Santos ainda em Belém havia sido procurado por uma senhora chamada Guiomar Góes que desejava repassar ao chefe de canoa comerciante um número expressivo de mercadorias em vista do comércio ou mesmo da troca por “drogas preciosas”. Acontece que o comerciante Fernando dos Santos, acabou por oferecer Francisca como a “moeda de troca” para a paga dos produtos de dona Guiomar. Assim, Francisca de livre como dama de companhia passa a ser escrava para servir na casa de dona Guiomar.

Ajudada pela filha, contou-me que em setembro de 1717, estação em que os negociantes de cacau viajavam, foi procurar um capitão de canoa, Fernando dos Santos, e lhe ofereceu açúcar, algumas dúzias de louça, facas para caça, peras de espingarda e pacotes de contas de vidro, azuis e brancas, para serem comercializadas com os indígenas do rio Negro. Essa era uma forma de transação comum naquele tempo, feita por pessoas que não tinham recursos para equipar as próprias canoas. [...] como pagamento das mercadorias enviadas, dona Guiomar esperava receber na volta da expedição uma carga de “drogas do sertão”: cravo, canela, salsaparrilha, ou ainda, alguns escravos.

Meses depois, por volta da expedição, foi entregue à dona Guiomar uma jovem índia, considerada escrava, a quem passara a chamar de Francisca. [...] a moça era esperta e não levou muito tempo para se acostumar às funções de servente doméstica (RIBEIRO, 2010, pp. 33-34).

6 SAMPAIO, p. 66, 2012.

A vida de Francisca na casa de dona Guiomar fora convertida no seu cativeiro. Os serviços lá desenvolvidos eram basicamente domésticos: cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa no igarapé, cuidar dos filhos de dona Guiomar e até plantar roçado. Aparentemente, os serviços não pareciam pesados, logo Francisca se adaptara. O peso maior era a condição de ter sido tornada escrava sem o ser de fato.

A tal “sentença” injusta e degradante lhe fazia pesar o coração. No entanto, Francisca guardava a consciência da injustiça que lhe fizeram e sabia que poderia apelar à própria justiça para o reconhecimento de sua liberdade. Apesar que a rotina da condição de escrava lhe apagava, dia após dia, suas lembranças de liberdade. Era mais fácil acostumar-se àquela situação do que combatê-la.

O Amor

O cotidiano da escravidão é relatado no romance com alguma suavidade pelo narrador. Embora sintamos a tensão e a resistência silenciosa de quem vive nessa condição. Numa importante passagem, Francisca passa a ser notada pelo alfaiate da região, personagem chamado Felipe Ribeiro. Nas idas e vindas de Francisca à alfaiataria, para cumprir pedidos de sua dona, Felipe apaixona-se pela indígena manaó. A princípio uma paixão impossível de ser vivida dada a diferença de suas condições sociais. De toda forma, o sentimento falou mais alto.

Os encontros entre os dois tornaram-se cada vez mais frequentes. Para época uma ousadia extrema. Logo os rumores começaram a surgir sobre o romance entre o “alfaiate e a índia de dona Guiomar”. Felipe temia pela vida de Francisca, era necessário fazer alguma coisa. Por outro lado, Francisca sentia-se amada pela primeira vez em sua vida. Aquele sentimento era forte o suficiente para enfrentar todos e já tinha decidido no seu íntimo que deveria ir até o fim para ficar com Felipe.

Dali por diante, procurávamos sempre nos encontrar, até que uma noite ela bateu à minha porta e, ao abri-la, disse-me: - Vim para ficar. Isso significava que estávamos comprometidos, e que sempre que possível ela fugiria tarde da noite da casa da patroa para a minha. Esse foi o primeiro passo para a liberdade (RIBEIRO, 2010, p. 100).

Felipe também buscava os meios para viver com sua amada. Solicita à justiça a guarda de Francisca, mas em vão. Tenta comprá-la de dona Guiomar, mas a senhora não quis acordo. “Francisca era uma escrava prestimosa demais para que a mulher abrisse mão dela?”. Em que esperança se apoiar frente a esse labirinto? Abrir mão de Francisca e seu amor? Ou continuar insistindo e resistindo? Os meses se passaram e Felipe soube da real história de Francisca quando fora tomada como escrava. No romance, Francisca não tocara mais nesse assunto, já havia assimilado a condição de cativa e tinha a sensação que assim morreria.

7 RIBEIRO, 2010, p. 101.

Felipe retomou esse assunto, pois se Francisca não era escrava, de fato, aí estava a chave para o reconhecimento da liberdade e, assim, os dois poderiam dá-se em casamento. Porém, Francisca hesitava recordar o acontecido e não acreditava mais na possibilidade de sua vida livre da escravidão.

Foi difícil vencer-lhe a resistência; como a maioria dos escravos índios, sua vida era tão pouco valorizada, seu trabalho tão extenuante, os maus-tratos tão frequentes, que não lhe parecia concebível defender seus direitos diante de juizes brancos. Finalmente, apelei para a nossa afeição: - Pelo amor que tens, Francisca, aceita esse desafio! Depois de livre, poderemos nos casar; nunca mais teremos de andar escondidos e tu não terás de fugir cada noite, como um pássaro noturno. Então ela sorriu e disse-me que, do jeito que eu falava, ela se sentia como um coruja varando a escuridão da noite. Hesitava ainda, e só cedeu, prometendo lutar por sua liberdade, quando lhe falei que o caso seria decidido pelo ouvidor-geral, o senhor Antônio Pedro Nogueira (RIBEIRO, 2010, p. 102).

Francisca novamente voltara a acreditar em sua liberdade, lembrança que aos poucos fora apagada de sua memória. O seu amor por Felipe e sua consciência de ser por direito uma mulher livre lhe encorajara a entrar junto à justiça pelo reconhecimento de sua liberdade.

A Justiça

O personagem Antonio Pedro no romance é o Ouvidor Geral pessoa a quem Francisca se dirigiu apelando para o reconhecimento de sua liberdade. Ela tinha em mente a *Provisão Régia* documento que legislava sobre a vida dos índios quanto a suas liberdades. Nele encontramos a seguinte orientação de 10 de abril de 1658: “*Que os índios que se tiverem por livres, e que são injustamente cativos podem tratar de sua liberdade na forma da Lei de 1653, dando para isso as provas necessárias, e justificando-o diante das pessoas para isso depuradas*” (RIBEIRO, 2010, p. 39). Cabia agora juntar as testemunhas para os depoimentos. A batalha estava apenas a começar.

[Francisca e Felipe] saímos à procura de amigos que aceitassem ser suas testemunhas de defesa. Eram eles na sua maioria gente pobre, índias como ela, ou mestiças com eu, mas se dispuseram a lutar por Francisca. Até o rábula, senhor Juvêncio Carvalhaes, se ofereceu para defendê-la (RIBEIRO, 2010, p. 104).

Francisca fora considerada livre pelo Ouvidor Geral. Felipe narra que o rosto de Francisca ao receber a sentença iluminara-se. A índia tomada como escrava injustamente era

declarada de modo oficial uma mulher livre e que nunca fora, de fato, escrava. O passado é tornado presente e refigurado. O casal, enfim, poderia viver o amor que os unira e os encorajava a encarar as estruturas da colônia a ponto de alterar o próprio curso da história.

Amor e Justiça

Dona Guiomar, porém, não se conformou com a perda de sua melhor escrava e, aconselhada por amigos, decidiu apelar à Junta das Missões para conseguir reverter a sentença do ouvidor. [...] Iniciado o julgamento, o advogado da viúva Góes alegou que as testemunhas de Francisca, Olívia em particular, não eram idôneas. E a prova de que a índia Francisca era escrava, afirmou o advogado, era ter sido entregue ao senhor Martinho José como uma espécie de dote para acompanhar sua noiva Etelvina. Aceitos os argumentos, os prelados da Junta das missões ordenaram que Francisca voltasse à sua condição de escrava e servisse à sua patroa (RIBEIRO, 2010, p. 106).

Como bem notamos no trecho acima, o julgamento de Francisca fora questionado obrigando a mesma a passar por uma nova audiência que a condena ao retorno da condição que nunca lhe pertencera. Como se tudo não passasse de uma grande ilusão - o amor por Felipe e o reconhecimento de sua liberdade - Francisca acolheu a decisão sem hesitar. Vestiu-se com as vestes de antes. Voltou à casa de dona Guiomar. “Sua alegria desapareceu dando lugar a uma profunda melancolia”⁸.

O casal não se separou, apesar da situação imposta. Francisca confidenciava a Felipe seus anseios de liberdade. Ela sentia que no fundo, mesmo sem o reconhecimento oficial, era livre. O amor que sentiam um pelo outro confirmava sua liberdade e ele seria a crença maior que a liberdade ali já existia e que nada e ninguém poderiam retirar essa condição deles.

No desenrolar do romance Francisca acaba falecendo. Morre nos braços de Felipe de maneira serena contemplando o entardecer e as aves que voavam perseguindo o horizonte. Uma imagem que definia Francisca: persegue no horizonte sua liberdade e, embora, pareça que no romance a história de Francisca reafirme a opressão, argumentamos que a narrativa acaba por contrapor a história. Pois o centro do romance tem por protagonista uma mulher, indígena, sua vida, a injustiça a qual sofreu, a consciência de sua liberdade, a possibilidade de amar e ser amada e mesmo as contradições da estrutura colonial portuguesa.

A história de Francisca, mesmo que pareça frustrada, é uma história que incomoda as estruturas. Amor e justiça se tocam e refiguram a trajetórias de vidas que sequer puderam ser nomeadas ao longo dos processos históricos da Amazônia colonial.

⁸ Idem, 2010, p. 107.

A história reconduzida: *quando o fim é o começo*

A história de Francisca é a história de tantas outras mulheres indígenas que conscientes de sua condição de livres enfrentaram a própria anomia que a escravidão lhes imporia para requerer o reconhecimento de suas liberdades junto às estruturas da colonização. Apenas tal fato ilustra bem o quanto os indígenas, mas do que *dominados* eram sujeitos que no cotidiano colonial souberam lidar com as contradições do sistema fazendo com que o mesmo fosse questionado, ainda que toda essa estrutura majoritária estivesse ao lado dos seus dominadores.

Reconduzir significa...

Em *Francisca e a utopia da liberdade*, a história da protagonista não é narrada por ela mesma. O narrador é um personagem da trama, agente da colonização, pertencente à Junta das Missões na condição de missionário carmelita, Frei Anselmo. Temos uma primeira recondução da história aqui considerada, pois o agente da colônia sente-se convocado pelo rosto de Francisca invertendo a lógica da negação, pois sua penitência consistirá em narrar a história de Francisca fazendo reparação ao ato injusto perpetrado na Junta das Missões que teve a anuência do próprio frei Anselmo.

Mas é sempre a partir do Rosto, a partir da responsabilidade por outrem, que aparece a justiça, que comporta julgamento e comparação, comparação daquilo que, em princípio, é incomparável, pois cada ser é único; todo outro é único. Nesta necessidade de se ocupar com a justiça aparece esta ideia de equidade, sobre a qual está fundada a ideia de objetividade (LÉVINAS, 2010, p. 131).

Francisca é um *rostro* (2010) a que somos obrigados a mirar, assim como a estrutura colonial é obrigada a reconhecer sua existência, sua história. É uma mulher livre, porém condenada à escravidão. É uma mulher que ama, embora o cotidiano lhe imponha a desmemória dos seus afetos. É uma mulher resistente, apesar das imposições da estrutura colonial. Esses paradoxos expõem a maneira como homens e mulheres buscaram organizar suas vidas na Amazônia colonial portuguesa a partir de suas recriações, sabedores das brechas contraditórias encontradas no próprio.

Em *Francisca* atestamos que “a justiça brota do amor” conforme nos fala Lévinas (2010, p. 135). E que o tempo é diacrônico na medida em que sua marcação se realiza não por sua contagem sincrônica, mas pela sua capacidade de rememoração. E rememorar já é resistir, levar em conta o tempo negado. Não há cronos, o que há são vivências. Francisca vive os acontecimentos do seu tempo, sua consciência é viva, seu amor é vivo, a responsabilidade de Felipe é viva e aqui está a contagem do tempo, não é a toa que na estrutura do romance a história narrada se afasta de um encadeamento lógico dos fatos para dar lugar à construção da ordem exposta pelo “rosto do próximo”.

ALTERIDADES E LIBERTAÇÃO COMO ESTÉTICAS LITERÁRIAS

Tentamos compor uma noção de lugar na perspectiva que a literatura de Sylvia Ribeiro busca estabelecer que seria não a do confronto pela busca de um lugar ao sol no campo literário, mas como caminho de revelar geografias e existências deixadas a margem o que acabou originando essa literatura de escrita sobre o *Outro* numa perspectiva libertária.

Trata-se de um estilo literário com marcas do realismo que assume características libertárias. Traz para o centro temas que envolvem os sujeitos marginalizados e suas geografias físicas e existenciais. É oriunda da reflexão crítica vivida a partir da inserção em diferentes realidades de seus autores. Um realismo libertário que se coloca no *entre-lugar* (SANTIA-GO, 1978) da história composta por camadas e cruzamentos com biografia, testemunho, história, estética, cultura tentando eliminar os essencialismos o qual não se atenta para “as especificidades culturais, políticas e geográficas”⁹.

Uma forma de olhar o mundo e interpretá-lo à luz de personagens – a exemplo de Francisca – que vivem “temporalidades que estão, sempre simultaneamente, se ramificando em diversos futuros diferentes, e ao fazerem isso abrem caminho para a possibilidade de múltiplas memórias¹⁰”. Diante da negação da vida e do *neocolonialismo* imposto por nossos ódios, as *Franciscas* continuam a nos convocar. Eis o começo de tudo.

De toda maneira, requerer direitos num espaço de não reconhecimento reafirma a tese de que “os atores índios não eram meros objetos desses projetos de dominação, mas no decorrer da sua aplicação, interferiram - na medida de suas possibilidades - na sua implementação. No limite, foi essa intervenção que transformou um projeto colonial em processo colonial¹¹”. A história de Francisca é uma interferência na própria história colonial da Amazônia portuguesa.

REFERÊNCIAS

BERNUCCI, Leopoldo. *Paraíso Suspeito: A viagem amazônica*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HUTCHEON, Linda. *A intertextualidade, a paródia e os discursos da história*. In.: Poética do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JENNY, Laurent. *A estratégia da forma*. In.: Poétique: revista de teoria e análise literárias <<Intertextualidades>> n.27, 1979 pp. 05-49.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós - Ensaio sobre alteridades*. Tradução: Pergentino Stefano Pivatto, Evaldo Kuiava, José Nedel, Luiz Pedro Wagner, Marcelo Luiz Pelizolli. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

9 MBEMBE, 2001, p. 171.

10 MBEMBE, 2001, p. 187.

11 SAMPAIO, 2012, p. 23.

- MBEMBE, Achille. *As Formas Africanas de Auto-Inscrição*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209.
- NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: História, Teoria e Crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- PAGEAUX, Daniel-Henri. *Littérature Comparée et Comparaisons*. In.: Revue de Littérature Comparée. Haute-Bretagne (Rennes II), 1998.
- PINTO, Renan Freitas. *Viagem das Ideias*. Manaus: Valer Editora, 2008.
- REMAK, Henry H. H.. *Literatura Comparada: definição e função*. In: Literatura Comparada: textos fundadores. Org.: Eduardo F. Coutinho e Tania Faraco Carvalhal. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- RIBEIRO JÚNIOR, Nilo. *Entre a profética de Lévinas e a poética de Guimarães Rosa: uma antropologia da carne de outro modo que ser*. Sapere Aude - Belo Horizonte, v.7/n. 14, jul-dez, 2016.
- RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. *Francisca e a utopia da liberdade*. Manaus: Valer Editora, 2010.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- TOPIA, André. *Contrapontos joycianos*. In.: Poétique: revista de teoria e análise literárias <<Intertextualidades>> n.27, 1979 pp. 171-208.
- VERRIER, Jean. *Ségalen leitor de Segalén*. In.: Poétique: revista de teoria e análise literárias <<Intertextualidades>> n.27, 1979 pp. 147-169.
- WELLEK, René. *O nome e a natureza da Literatura Comparada*. In: Literatura Comparada: textos fundadores. Org.: Eduardo F. Coutinho e Tania Faraco Carvalhal. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.